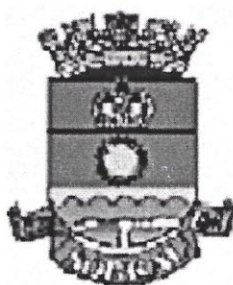


**Estado do Ceará**  
**Município de Sobral**



**LDO**

**Lei das Diretrizes Orçamentárias**

**Lei N.º 1254 de 03 de Julho de 2013**



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

**LEI N.º 1254 DE 03 DE JULHO DE 2013**

**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no § 2º do Art. 165 da Constituição Federal e no § 2º do Art. 118 da Lei Orgânica do Município, bem como o estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Sobral para o exercício financeiro do ano de 2014, compreendendo:

- I - as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - das disposições sobre as vinculações constitucionais com educação e saúde;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;
- VII - as disposições referentes a dívida pública municipal;
- VIII - emendas parlamentares impositivas;
- IX - disposições finais.

**Art. 2º** Os orçamentos serão elaborados e executados de acordo com o sistema de Conta de Governo e Contas de Gestão, em obediência à Lei Municipal nº 296, de 30 de Março de 2001, modificada pelas Leis nº 572 de 10 de Fevereiro de 2005 e nº 1.054 de 06 de abril de 2011, e com base no Decreto nº 511 de 02 de Janeiro de 2003.

**Art. 3º** As unidades orçamentárias das contas de gestão da Administração Pública Municipal são:

- 0101 - Câmara Municipal
- 0201 - Gabinete do Prefeito



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

- 0301 - Procuradoria Geral do Município
- 0401 - Secretaria da Segurança E Cidadania
- 0501 - Secretaria da Gestão
- 0502 - Imprensa Oficial do Município
- 0601 - Secretaria da Educação
- 0603 - Fundeb - Fundo de Manut. e Desenv. da Educação Básica e Valorização do Magistério
- 0701 - Secretaria da Saúde
- 0801 - Secretaria da Cultura e do Turismo
- 0802 - Fundo Municipal da Cultura
- 0901 - Secretaria da Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
- 1001 - Secretaria da Agricultura e Pecuária
- 1201 - Secretaria do Esporte
- 1301 - Secretaria de Obras
- 1601 - Gabinete do Vice-Prefeito
- 1701 - Controladoria e Ouvidoria Geral do Município
- 1801 - Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate a Extrema Pobreza
- 1802 - Fundo Municipal dos Direitos Da Criança E Do Adolescente
- 1901 - Secretaria de Conservação e Serviços Públicos
- 1902 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
- 2001 - Secretaria de Urbanismo
- 2002 - Autarquia Municipal do Meio Ambiente - AMMA
- 9901 - Reserva de Contingência

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo poderá promover adequações nas unidades orçamentárias, podendo para tanto alterar denominações, incluir novas unidades e excluir as inadequadas, desde que as mudanças na estrutura organizacional e administrativa sejam aprovadas por lei específica.

**Art. 4º** O projeto de lei orçamentária anual será compatível com as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2014, que estão identificados nos Demonstrativos: I, II, III, IV, V, VII e VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 5º** As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, para o exercício de 2014, serão as constantes na Lei do Plano Plurianual 2014 – 2017, a ser entregue à Câmara Municipal em 30 de agosto de 2013, e deverá observar as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos:



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

I – no eixo de governo **Sociedade Justa e Solidária**, que objetiva promover a melhoria da qualidade de vida do cidadão, por meio da oferta de serviços essenciais básicos como saúde, educação, segurança pública, esporte e lazer, justiça e promoção dos direitos e da cidadania ativa, destacam-se:

a) na área da Saúde - Acesso integral às ações e serviços de saúde, com qualidade, humanização e modernização da rede de saúde, integrada à rede estadual, participando de forma ativa na consolidação da estratégia dos consórcios públicos de saúde, ampliação e qualificação da atenção básica e de média e alta complexidade, e do maior número de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo – UTI, fortalecimento da proteção e promoção à saúde, fundamentado na intersetorialidade, ampliação da oferta de leitos neonatais, ampliação da assistência farmacêutica, consolidação, profissionalização e qualificação da gestão na saúde, e a consolidação do pólo regional de saúde da região norte, dentre outros;

b) na Educação – promoção de uma educação básica com qualidade e equidade em todo o território do Município de Sobral, focada no sucesso do aluno, buscando uma estreita colaboração com a União e o Estado para fortalecimento da gestão da Educação, valorizando os profissionais de Educação para o desenvolvimento pessoal, aperfeiçoamento do desempenho e a qualidade do ensino, promoção da autonomia escolar com a efetiva participação da comunidade, estimular o protagonismo como premissa da ação educativa, a escola como espaço de inclusão social, promoção da cultura de paz, adequação das escolas em tempo integral.

c) na Segurança Pública – integração das ações de segurança com a comunidade, focada no planejamento e gestão inteligente mediante a modernização tecnológica e científica e valorização do profissional, garantir a segurança do patrimônio público, em especial o histórico e cultural, interagir com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado para o combate ao tráfico e prevenção ao uso indevido de drogas e no combate à violência social;

d) no Esporte – ampliação e fortalecimento da infraestrutura de equipamentos de esporte e lazer, capacitação e formação continuada dos profissionais, democratização do acesso à prática esportiva como instrumento de formação da cidadania, inclusão social e melhoria da qualidade de vida, promoção do esporte de rendimento para projeção do Município no cenário esportivo regional, estadual e nacional;

e) na Cultura – ênfase na valorização das vocações artísticas e culturais, preservação do patrimônio histórico, e fomentar o acesso aos bens e serviços culturais, ampliação e fortalecimento do processo de gestão democrática, e fomento às expressões múltiplas;

f) no âmbito do Desenvolvimento Social, Trabalho e Combate a Extrema Pobreza – ampliação da rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente, promoção e proteção dos direitos humanos, intensificação de ações voltadas para segurança alimentar e nutricional, articulação com o Estado para o enfrentamento às



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

drogas, ampliação e fortalecimento das casas de ressocialização para dependentes químicos, promoção de ações educacionais de enfrentamento à discriminação quanto a gênero, raça e diversidade sexual, políticas efetivas direcionadas à Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, articulação com a iniciativa privada para a geração de trabalho, emprego e renda nas cadeias produtivas, integração com políticas públicas de âmbito federal e estadual para fortalecimento de micro e pequenas empresas e intensificação de políticas de erradicação da pobreza, dentre outros;

**II – no eixo *Economia para uma Vida Melhor***, fortalecimento da infraestrutura física e tecnológica criando áreas de atratividade e competitividade relativa no Município de Sobral, qualificação profissional e empresarial da população economicamente ativa, negociação e parcerias para fomento à pesquisa e a inovação tecnológica, articulação com o Estado para incentivar o desenvolvimento industrial com base nas políticas do Governo do Estado para desconcentração e interiorização de projetos, que busca um desenvolvimento duradouro e sustentável para o Estado, com destaque para:

**a)** Na área de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico: maximização dos fatores estruturais e propagação do ambiente de negócios; a promoção da qualificação e maximização dos fatores estruturais que visam a competitiva nas empresas comerciais e de serviços; a elevação da competitividade da indústria e da mineração; a consolidação da implantação de equipamentos e empreendimentos estruturantes, proporcionando a manutenção e a ampliação de postos de trabalho; incentivo ao desenvolvimento e difusão da tecnologia e inovação, coma realização de ações nos setores de TI, construção civil, industrial, comercial, serviços e agroindústria no município.

**b)** na Infraestrutura - ampliar e integrar o sistema viário municipal, assegurar a manutenção e conservação das estradas municipais, criação de novas vias urbanas e requalificação das vias principais, aumentar a cobertura do sistema de comunicação de banda larga, estender a rede de energia para as comunidades afastadas, construir e reformar os equipamentos públicos;

**c)** na Agricultura e Pecuária - organização da agricultura familiar para produção e comercialização dos produtos de forma estruturada, incentivos à produção agroecológica, universalização do acesso à água e ao saneamento básico, ampliação de infraestrutura produtiva e social para o desenvolvimento rural, ampliação da assistência técnica e do apoio à extensão rural e educação do campo em parceria com o Estado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

**d)** no Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos – ampliação do atendimento dos serviços públicos de urbanização, ampliação da cobertura de saneamento básico de água e esgoto, redução do déficit de habitação, apoiar as iniciativas para melhoramento e ampliação do transporte coletivo urbano, requalificar vias urbanas, passeios, praças, dentre outros;



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

e) no Turismo – fortalecer o turismo regional, em especial para área da Serra da Meruoca e o entretenimento da pesca esportiva nas bacias hidrográficas dos açudes Araras e Jaibaras;

f) no Meio Ambiente – requalificação dos espaços degradados da fauna, flora e dos recursos hídricos, através da negociação de projetos da política municipal para preservação e conservação ambiental, vigilância e aplicação das normas regulamentadoras ambientais;

III – no eixo **Governo Participativo, Ético e Transparente**, orientação para a prática da boa gestão governamental com foco na gestão por resultados, valorização da participação social e valores éticos, pautado ainda em orientações técnico-normativas e legais, com expressões e fundamentos na democracia e transparência, favorecendo o desenvolvimento humano com sustentabilidade. Essas premissas serão potencializadas pelo aperfeiçoamento da relação entre governo e sociedade, aperfeiçoamento da articulação e cooperação com os outros Poderes da administração pública e as demais esferas de Governo, e pelo aperfeiçoamento da política de gestão de recursos humanos, e pela captação de recursos financeiros para concretização das metas de governo estabelecidas no Plano Plurianual 2014 - 2017.

**CAPÍTULO III**

**DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 6º** A Lei Orçamentária para o exercício de 2014, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas controladas pelo Município, será elaborada consoante as diretrizes estabelecidas nesta Lei, e será encaminhada à Câmara Municipal até o dia 1º de Outubro de 2013, prazo estabelecido no § 5º do art. 42 da Constituição do Estado do Ceará e em conformidade com o art. 22 da Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

**Art. 7º** O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2014 será constituído de:

I — texto da Lei;

II — quadros orçamentários consolidados;

III — demonstrativo dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém maioria do capital social com direito a voto, por órgãos e entidades da Administração Pública;

IV — discriminação da previsão e legislação da receita e da fixação da despesa, referente ao orçamento fiscal, da seguridade social e do investimento das empresas controladas pelo município.

*Handwritten signature*



**ESTADO DO CEARÁ**  
**MUNICÍPIO DE SOBRAL**

**§ 1º** Os quadros orçamentários consolidados, a que se refere o inciso II deste artigo, apresentarão:

I — a evolução da receita e da despesa do Tesouro e de outras fontes, conforme estabelecido pelo art. 22 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, destacando as receitas e despesas da Administração Direta, das Autarquias e dos Fundos e das demais entidades da Administração indireta, de que trata o art. 23 desta Lei, com os valores de todo o período, a preços correntes;

II — consolidação da receita do Tesouro e da receita de outras fontes;

III — consolidação das despesas, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica;

IV — consolidação do orçamento por Poder, Órgão e Entidade;

V — consolidação do orçamento por funções, subfunções, programas e projetos/atividades;

VI — consolidação do orçamento por grupo de despesa;

VII — consolidação do orçamento por fonte de recursos;

VIII — consolidação, por órgão e entidade e por projeto/atividade, da receita líquida resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência destinada à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e dos arts. 216 e 224 da Constituição Estadual;

IX — quadro consolidado, da renúncia fiscal, quando houver, nos moldes do § 6º do art. 165 da Constituição Federal;

X — quadro consolidado, por Poder e Órgão e Entidade, dos recursos do Tesouro destinados aos gastos com pessoal e encargos sociais, discriminando dentre ativos, inativos e pensionistas, o pessoal contratado por tempo determinado e terceirizados com a indicação da representatividade percentual desses gastos em relação à receita corrente líquida, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

**§ 2º** Integrarão os orçamentos a que se refere o inciso III deste artigo os seguintes demonstrativos:

I — demonstrativos do orçamento por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos/atividades;

II — demonstrativo da receita de outras fontes;

III — demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

IV — demonstrativo por esfera orçamentária e por fonte de recursos.

**Art. 8º** Os orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas controladas pelo Município discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando para cada categoria a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos:

- I. — Pessoal e Encargos Sociais;
- II. — Juros e Encargos da Dívida;
- III. — Outras Despesas Correntes;
- IV. — Investimentos;
- V. — Inversões Financeiras;
- VI. — Amortização da Dívida;
- VII. — Outras Despesas de Capital.

**§ 1º** Os grupos de despesas, estabelecidos neste artigo, deverão ser considerados também para fins de execução orçamentária e apresentação do Balanço Geral do Município.

**§ 2º** As categorias de programação, de que trata este artigo, serão identificadas por projetos ou atividades.

**§ 3º** As unidades orçamentárias responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites de cada dotação orçamentária, evidenciando a categoria de programação, a categoria econômica da despesa, grupo e natureza da despesa, modalidade de aplicação, fonte de recurso e o elemento de despesa.

**§ 4º** Na execução, respeitados os totais dos grupos de despesas, poderão ser modificados ou criados elementos de despesa, inclusive com a realocação dos recursos entre os elementos de despesa, de forma a garantir uma perfeita execução do orçamento.

**§ 5º** A inclusão de grupo de despesa em categoria de programação, constante da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, será feita por meio de abertura de créditos adicionais, autorizados em Lei e com a indicação dos recursos correspondentes.

**§ 6º** Cada atividade e projeto identificará a função e subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria no 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e de suas posteriores alterações.

**§ 7º** As fontes de recursos, de que trata este artigo, serão consolidadas, segundo:





**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

- I. — recursos do tesouro, compreendendo os recursos diretamente arrecadados pelo Município e os provenientes de transferências constitucionais e legais;
- II. — convênios federais ;
- III. — convênios estaduais;
- IV. — FUNDEB;
- V. — operações de crédito.

**§ 8º** A modalidade de aplicação, de que trata este artigo, destina-se a indicar, na execução orçamentária, se os recursos serão aplicados diretamente ou não pela unidade detentora do crédito.

**§ 9º** As modalidades de aplicação poderão ser modificadas pelo Poder Executivo, através da Secretaria da Gestão, durante a execução orçamentária, para atender às necessidades da execução orçamentária.

**Art. 9º** O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual, como também os de abertura de créditos adicionais, sob a forma de impressos e ou por meios eletrônicos.

**Art. 10.** Os projetos de lei relativos à criação de créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

#### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 11.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2014 deverão ser realizadas de forma compatível com as receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública previstos nos Demonstrativos I, II, III, IV, VI, VII e VIII do Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

**Art. 12.** No projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de 2014, com base nos parâmetros macroeconômicos projetados para 2014, conforme discriminado no anexo de metas fiscais desta lei.

**Parágrafo único.** As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas segundo a taxa de câmbio vigente no primeiro dia útil do mês de setembro de 2013.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**MUNICÍPIO DE SOBRAL**

**Art. 13.** A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**Art. 14.** Na programação da despesa ficam vedadas:

I — a fixação de despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II — a inclusão de projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementaridade de ações;

III — a fixação de despesas que não sejam compatíveis com as dotações contidas nas Leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias ou do Orçamento Anual e suas subseqüentes alterações.

**Art. 15.** Para a Classificação da Despesa, quanto à sua natureza, serão utilizados o conjunto de tabelas discriminadas na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 e suas alterações.

**Art. 16.** As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações e sociedades de economia mista, a que se refere o art. 27 desta Lei, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atenderem integralmente às necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.

**Parágrafo Único.** Na destinação dos recursos, de que trata o caput deste artigo, serão priorizadas as contrapartidas de financiamentos para atender às despesas com investimentos.

**Art. 17.** Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas que anulem o valor de dotações orçamentárias cujos créditos consignados destinem-se a:

- I. — pagamento de pessoal e encargos sociais;
- II. — pagamento dos encargos e do principal da dívida pública;
- III. — gastos com obras não concluídas das administrações direta e indireta, iniciadas no Orçamento anterior;
- IV. — contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal.

+



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

**Parágrafo Único.** A anulação de dotação da Reserva de Contingência prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual para atender despesas primárias, mesmo por emendas parlamentares, não poderá ser superior, em montante, ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor consignado na proposta orçamentária.

**Art. 18.** Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

**Art. 19.** A inclusão, na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, deverá atender aos dispositivos instituídos pela Lei Orgânica Municipal.

**Art. 20.** As transferências para entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive as que forem qualificadas como Organizações Sociais, que firmarem contrato de gestão com a Administração Pública Municipal, terão dotações orçamentárias próprias junto à contratante, em categoria de programação, conforme definida no art. 8º, § 2º, desta Lei.

**Art. 21.** As transferências para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação são permitidas desde que:

- I. — exista autorização na Lei Orçamentária Anual;
- II. — exista convênio, ajuste ou congêneres.

**Art. 22.** Para efeito do disposto no § 3º, do art. 16, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites fixados na legislação municipal vigente, para as modalidades licitatórias a que se refere o art. 23, incisos I e II, da Lei 8666/93.

**SEÇÃO II**

**DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DO INVESTIMENTO  
DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO MUNICÍPIO**

**Art. 23.** Integrarão os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, além dos Poderes Municipais, dos fundos e das autarquias, inclusive as especiais, e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, as despesas correntes das empresas públicas e das sociedades de economia mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

**Art. 24.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no Inciso IV, do § 4º, do art. 118 da Lei Orgânica do Município, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

- I. — de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata o caput deste artigo;
- II. — de outras receitas do Tesouro Municipal;
- III. — de transferências do Estado;
- IV. — de transferências da União.

**Art. 25.** As propostas orçamentárias do Poder Legislativo serão encaminhadas à Secretaria da Gestão até 15 de agosto de 2013.

**Art. 26.** O Poder Executivo entregará à Câmara Municipal de Sobral, mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês 1/12 (um doze avos) do Orçamento Legislativo, não podendo seu total anual ultrapassar 6% (seis por cento) relativos ao somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizados em 2014.

**Art. 27.** Constará da Lei Orçamentária Anual, o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto, de acordo com o Inciso III, do § 4º, do art. 118, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 28.** Não se aplicam às empresas de que trata o artigo anterior as normas gerais da Lei Federal no 4.320/64, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.

**Parágrafo Único.** Excetua-se do disposto no caput deste artigo a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110 da Lei Federal no 4.320/64, para as finalidades a que se destinam.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS**

**Art. 29.** A Lei Orçamentária Anual consignará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive as decorrentes de transferências constitucionais relativas à participação dos Municípios na arrecadação da União e dos Estados, visando a manutenção e o desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e art. 216 da Constituição Estadual.

**Art. 30.** Os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na forma da Lei Federal 11.494, de 20 de junho de 2007, serão identificados por código próprio, relacionado à sua origem e à sua aplicação.

**Art. 31.** A Lei Orçamentária Anual consignará, no mínimo, 15% (quinze por cento) da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrentes de transferências, para



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

aplicação em ações de saúde pública, na forma da Emenda Constitucional Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000.

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO  
MUNICÍPIO**

**Art. 32.** Serão objeto de Projetos de Lei as adequações do sistema tributário destinadas a expandir a base de tributação, aumentar as receitas próprias e corrigir distorções existentes.

**Art. 33.** As medidas previstas no artigo anterior levarão em conta:

- I. — os efeitos sócio-econômicos da proposta;
- II. — a capacidade econômica do contribuinte;
- III. — a capacidade do Tesouro Municipal de suportar o impacto financeiro da proposta;
- IV. — a modernização do relacionamento tributário entre os sujeitos ativos e passivos da obrigação tributária;
- V. — a localização;
- VI. — a geração de emprego;
- VII. — a distribuição de renda.

**Art. 34.** A concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária visando estimular o desenvolvimento econômico e cultural do município deverá observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal 101/2000.

**Art. 35.** Poderão ser objeto de projeto de lei, isenções ou redução de tributos em apoio a programas sociais do Município ou oriundos de qualquer ente federativo, que tenham participação do Município.

**CAPÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS  
SOCIAIS**

**Art. 36.** As despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas, no exercício de 2014, dos Poderes Executivo e Legislativo observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

**Parágrafo Único.** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de carreiras somente será admitida se:

- I. — respeitado o limite de que trata o presente artigo;
- II. — houver dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas e aos acréscimos decorrentes;
- III. — observar as disposições contidas nos arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal no 101/2000.

**Art. 37.** A realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título, no exercício de 2014, quando já tiver atingido 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no artigo anterior desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de saúde e segurança que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**Art. 38.** Ficam autorizadas a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo, das autarquias e fundações públicas cujo percentual será definido em lei específica e, para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal, as concessões de quaisquer vantagens, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, aumentos de remuneração, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observadas as demais normas aplicáveis e o disposto no art. 71 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

**Parágrafo Único.** Os recursos necessários ao atendimento do disposto no *caput* deste artigo, caso as dotações da Lei Orçamentária sejam insuficientes, serão objeto de crédito adicional a ser criado no exercício de 2014 observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 39.** As operações de crédito interno e externo reger-se-ão pelo que determinam a Resolução n.º 40, de 20 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução n.º 5, de 3 de abril de 2002, e a Resolução n.º 43, de 21 de dezembro de 2001, alterada pela Resolução n.º 6, de 4 de junho de 2007, todas do Senado Federal, e na forma do Capítulo VI, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

## **CAPÍTULO IX**



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 40.** Caso haja necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento das metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais referido no Art. 11 desta Lei, em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000, os percentuais e o montante necessário à limitação da despesa serão distribuídos de forma proporcional à cada um dos Poderes, tomando por base o montante dos recursos alocados para o conjunto das outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras, excetuando-as aquelas vinculadas às obrigações constitucionais e legais.

**§ 1º** Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**§ 2º** O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

**Art. 41.** As entidades de direito privado beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 42.** São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 43.** O Projeto de Lei Orçamentária de 2014 será encaminhado à sanção até o encerramento da sessão legislativa.

**Art. 44.** Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2014 não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

**§ 1º** Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2014 a utilização dos recursos autorizado neste artigo.

**§ 2º** Após promulgada a Lei Orçamentária de 2014, serão ajustados os saldos negativos apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária na Câmara Municipal, mediante abertura, por Decreto do Poder Executivo, de créditos adicionais suplementares, com base em remanejamento de dotações e publicados os respectivos atos.



**ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

**§ 3º** Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, com pagamento da Dívida Pública Municipal, com despesas destinadas à calamidades públicas ou situações de emergência, e com pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS.

**Art. 45.** Até setenta e duas horas após o encaminhamento à sanção pelo Chefe do Poder Executivo dos autógrafos do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 e dos projetos de lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará, por meio impresso e ou em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos autógrafos, indicando:

- I. — em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos por fonte, realizados pela Câmara Municipal em razão de emendas;
- II. — as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados no art. 7º desta Lei, as fontes e as denominações atribuídas em razão de emendas.

**Art. 46.** A Lei Orçamentária de 2014 conterá reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a até 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

**Art. 47.** O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, cronograma anual de desembolso mensal, por Poder e Órgão, e metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no anexo de que trata o art. 11 desta Lei.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em  
03 de julho de 2013.**

**JOSÉ CLODOVEU DE ARRUDA COELHO NETO**  
Prefeito Municipal



## **Metas Fiscais**

### **Anexo de Metas Fiscais Anuais**

(Art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, LDO-2014, estabelece a meta de resultado primário para o exercício de 2014 e indica as metas de 2015 e 2016. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter política fiscal responsável.

O objetivo primordial da política fiscal é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentado.

Para isso, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, os governos da União dos Estados e Municípios procuram criar as condições necessárias para a queda gradual do endividamento público líquido em relação ao PIB, favorecendo a redução das taxas de juros e a melhora do perfil da dívida pública. Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do crescimento sustentado, o que inclui a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. Por sua vez, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público são indicativos, por sofrerem influência de fatores fora do controle direto do governo.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade de produção pelo setor privado, por meio da eliminação de gargalos logísticos. No âmbito Municipal o governo vem atuando na melhoria da qualidade da tributação, no combate à sonegação, evasão e elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, com o objetivo de aumentar o universo de contribuintes. Tem também procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos, com melhora nas técnicas de gestão e controle, com maior transparência, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade. A política de valorização do salário mínimo praticada pelo Governo Federal tem contribuído para o desenvolvimento econômico com maior justiça social e para o aumento da demanda interna. Neste tocante, o Governo Municipal de Sobral, mantém uma política salarial para os servidores compatível com o crescimento real do SM.

T

**ANEXO I**

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE**

**CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2014  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÕES	ARRECADADA		PREVISÃO			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>386.559.336,31</b>	<b>428.151.984,89</b>	<b>467.320.662,99</b>	<b>510.464.815,07</b>	<b>559.034.583,83</b>	<b>612.570.569,98</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>24.044.214,76</b>	<b>31.218.392,17</b>	<b>33.782.225,67</b>	<b>36.458.321,19</b>	<b>39.353.677,28</b>	<b>42.565.148,44</b>
IMPOSTOS	20.659.723,31	27.429.488,82	29.673.009,73	32.014.466,12	34.547.223,49	37.356.466,68
Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	9.090.641,50	11.433.689,37	12.202.577,53	12.977.569,44	13.803.407,28	14.697.685,07
Imp. s/a Propriedade Predial Terr. Urbana - IPTU	2.581.684,47	3.537.240,16	3.825.642,85	4.124.036,29	4.445.703,91	4.799.533,04
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	4.865.593,00	5.622.917,45	5.991.499,69	6.360.276,49	6.751.751,51	7.174.411,16
Imposto de Renda Ret. nas Fontes s/ Rend. do Trabalho	4.865.593,00	5.622.917,45	5.991.499,69	6.360.276,49	6.751.751,51	7.174.411,16
Imp. s/ Transm. Inter Vivos Bens Imóv. e Dir. - ITBI	1.643.364,03	2.273.531,76	2.385.434,99	2.493.256,65	2.605.951,86	2.723.740,88
Imposto sobre a Produção e a Circulação	11.569.081,81	15.995.799,45	17.470.432,21	19.036.896,67	20.743.816,22	22.658.781,61
Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza - I.S.Q.N	11.569.081,81	15.995.799,45	17.470.432,21	19.036.896,67	20.743.816,22	22.658.781,61
TAXAS	3.384.491,45	3.788.903,35	4.109.215,94	4.443.855,07	4.806.453,79	5.208.681,76
Taxas p/ Exercício do Poder de Polícia	670.806,51	1.087.951,81	1.159.267,05	1.229.402,71	1.303.781,57	1.382.660,36
Taxas pela prestação de Serviços	2.713.684,94	2.700.951,54	2.949.948,89	3.214.452,37	3.502.672,22	3.826.021,40
<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>279.195,43</b>	<b>1.654.967,35</b>	<b>1.772.267,71</b>	<b>1.890.757,54</b>	<b>2.017.169,34</b>	<b>2.154.161,36</b>
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	279.195,43	1.654.967,35	1.772.267,71	1.890.757,54	2.017.169,34	2.154.161,36
Outras Contribuições Econômicas	279.195,43	1.654.967,35	1.772.267,71	1.890.757,54	2.017.169,34	2.154.161,36
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>6.807.139,28</b>	<b>4.737.431,30</b>	<b>5.025.666,28</b>	<b>5.308.821,14</b>	<b>5.607.957,09</b>	<b>5.926.906,36</b>
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	226.278,65	267.140,71	285.928,93	304.724,93	324.757,42	346.262,55
Aluguéis	208.060,05	239.715,79	256.706,31	273.734,34	291.891,89	311.408,66
Outras Receitas Imobiliárias	18.218,60	27.424,92	29.222,62	30.990,59	32.865,52	34.853,89
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	6.580.860,63	4.470.290,59	4.739.737,36	5.004.096,21	5.283.199,67	5.580.643,81
Remuneração de Depósitos Bancários	6.580.860,63	4.470.290,59	4.739.737,36	5.004.096,21	5.283.199,67	5.580.643,81
Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	6.580.860,63	4.470.290,59	4.739.737,36	5.004.096,21	5.283.199,67	5.580.643,81
Receita de Rem. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc	6.580.860,63	4.470.290,59	4.739.737,36	5.004.096,21	5.283.199,67	5.580.643,81
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>32.672,62</b>	<b>47.804,89</b>	<b>50.434,16</b>	<b>52.955,87</b>	<b>55.603,66</b>	<b>58.383,84</b>
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	32.672,62	47.804,89	50.434,16	52.955,87	55.603,66	58.383,84
Receita de indústria Editorial e Gráfica	32.672,62	47.804,89	50.434,16	52.955,87	55.603,66	58.383,84
<b>RECEITAS DE SERVIÇOS</b>	<b>17.711.622,54</b>	<b>19.350.246,48</b>	<b>21.134.121,52</b>	<b>23.029.086,10</b>	<b>25.093.960,32</b>	<b>27.410.509,27</b>
Serv Captação, Adução, Tratam., Reserv., Distr. Água	17.625.371,66	13.811.425,42	15.084.683,47	16.437.232,75	17.911.056,68	19.564.515,88
Tarifa de aneamento de Esgoto		4.577.272,79	4.999.245,85	5.447.496,98	5.935.939,98	6.483.916,28
Outros Serviços	86.250,88	961.548,27	1.050.192,20	1.144.356,37	1.246.963,66	1.362.077,11
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>334.383.070,22</b>	<b>367.778.532,38</b>	<b>402.054.863,46</b>	<b>440.023.534,98</b>	<b>482.992.681,88</b>	<b>530.317.068,59</b>
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	327.030.982,51	356.500.413,91	391.361.354,07	428.449.651,25	470.465.186,76	517.370.997,62
Transferência da União	178.418.717,03	199.854.065,21	218.291.543,66	238.203.058,85	259.934.425,58	283.652.938,49
Participação na Receita da União	73.595.559,42	75.569.739,44	82.595.824,54	90.194.178,07	98.491.547,29	107.552.239,33
Cota-Parte do Fundo de Participação Municipal	73.582.417,01	75.549.240,47	82.573.808,85	90.170.599,26	98.466.294,40	107.525.193,48
Cota-parte Imp. s/a Propriedade Territ. Rural	13.142,41	20.498,97	22.015,69	23.578,80	25.252,90	27.045,85



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL**  
**ESTADO DO CEARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2014**  
**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF**

ESPECIFICAÇÕES	ARRECADADA		PREVISÃO			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Transf. da Comp. Finan. p/ Explor. Recursos Naturais	961.230,38	1.455.953,90	1.543.433,91	1.629.274,33	1.719.894,25	1.815.704,68
Cota-Parte da Comp. Finance. de Rec. Minerais - CFEM		305.788,36	324.140,92	342.137,13	361.132,49	381.277,49
Cota Royalties - Comp. Financ. Petróleo - Lei 7990	34.794,45	38.494,13	41.202,00	43.956,67	46.895,52	50.080,33
Cota-Parte do Fundo Especial de Petróleo - FEP	926.435,93	1.111.671,41	1.178.091,00	1.243.180,53	1.311.866,25	1.384.346,86
Transf. de Rec. do SUS - Repasse Fundo a Fundo	94.687.351,97	111.842.325,15	122.241.424,54	133.487.635,60	145.768.498,08	159.179.199,90
Transf. Rec. Fundo nac. de Assist. Social - FNAS	2.564.074,70	3.056.919,62	3.297.613,83	3.549.056,88	3.819.672,47	4.110.922,50
Outras Transferências do FNAS	2.564.074,70	3.056.919,62	3.297.613,83	3.549.056,88	3.819.672,47	4.110.922,50
Transf. Recursos do Fundo Nacional da Educação - FNDE	5.853.002,88	7.275.619,94	7.917.566,08	8.604.414,93	9.350.847,93	10.162.033,99
Transferências do Salário Educação	2.369.670,68	2.784.235,74	3.029.895,82	3.292.739,28	3.578.384,42	3.888.809,26
Transferências Diretas do FNDE Ref. PNAE	2.538.420,00	3.165.612,00	3.444.921,86	3.743.768,83	4.068.540,78	4.421.486,69
Transferências Diretas do FNDE Ref. PNATE	869.850,40	580.572,20	631.797,54	686.605,97	746.169,04	810.899,21
Outras Transferências Diretas do FNDE	75.061,80	745.200,00	810.950,86	881.300,85	957.753,69	1.040.838,83
Transf. Financeira ICMS - Des. - L.C nº 87/96	336.449,76	321.091,80	340.248,14	359.696,72	380.256,98	402.585,67
Transferência Financeira do ICMS - Des. L.C. nº 87/96	336.449,76	321.091,80	340.248,14	359.696,72	380.256,98	402.585,67
Outras Transferências da União	421.047,92	332.415,36	355.432,63	378.802,33	403.708,58	430.252,42
Outras Transferências da União - FEX	421.047,92	332.415,36	355.432,63	378.802,33	403.708,58	430.252,42
Transferências dos Estados	75.121.476,50	80.765.810,33	89.411.397,33	98.889.688,47	110.533.331,30	124.132.634,13
Participação na Receita dos Estados	74.215.379,22	79.360.163,99	87.928.440,44	97.332.583,74	108.898.371,33	122.415.926,17
Cota-Parte do ICMS	68.328.296,25	72.951.854,54	80.843.202,55	89.506.521,82	100.142.358,04	112.573.028,95
Cota-Parte do IPVA	5.107.953,70	5.904.761,51	6.543.491,37	7.244.704,99	8.105.575,18	9.111.720,22
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	368.441,01	282.791,20	306.752,07	332.145,31	371.613,31	417.741,67
Cota-parte Contrib. Interv. Domínio Econ. CIDE	410.688,26	220.756,74	234.994,45	249.211,61	278.824,80	313.435,33
Transf. da Cota-Parte da Comp. Financeira (25%)	362.736,61	329.845,08	347.986,56	365.385,89	383.655,18	402.837,94
Cota-Parte Royalties - Comp. Fin. p/Prod. Petr.	362.736,61	329.845,08	347.986,56	365.385,89	383.655,18	402.837,94
Outras Transferências dos Estados	543.360,67	1.075.801,26	1.134.970,33	1.191.718,85	1.251.304,79	1.313.870,03
Transferências Multigovernamentais	73.490.788,98	75.880.538,37	83.658.413,08	91.356.903,92	99.997.429,88	109.585.424,99
Transferências de Recursos do FUNDEB	28.921.840,21	30.364.061,56	34.125.903,73	37.527.449,38	41.498.270,16	46.011.463,17
Transf. de Recursos do FUNDEF/FUNDEB - 60%	17.353.104,13	18.218.436,94	20.475.542,24	22.516.469,63	24.898.962,10	27.606.877,90
Transf. de Recursos do FUDEF/FUNDEB - 40%	11.568.736,08	12.145.624,62	13.650.361,49	15.010.979,75	16.599.308,06	18.404.585,27
Transf. de Receita de Complementação ao FUNDEB	44.568.948,77	45.516.476,81	49.532.509,35	53.829.454,54	58.499.159,72	63.573.961,82
Transferências de Convênios	7.352.087,71	11.278.118,47	10.693.509,39	11.573.883,73	12.527.495,11	12.946.070,98
Transf. de Convênios da União e suas Entidades	2.086.477,71	3.490.831,29	3.815.408,78	4.166.426,39	4.549.737,62	4.968.313,48
Transf. Conv. da União p/ Sistema Único de Saúde - SUS	158.707,80	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios da União	1.927.769,91	3.490.831,29	3.815.408,78	4.166.426,39	4.549.737,62	4.968.313,48
Transf. Conv. Estados, Dist. Fed. e suas Entidades	5.265.610,00	7.787.287,18	6.878.100,60	7.407.457,34	7.977.757,49	7.977.757,49
Transf. Conv. dos Estados p/ Sistema Único de Saúde - SUS	4.434.051,02	7.074.774,60	6.118.882,82	6.601.509,71	7.122.203,78	7.702.663,39
Outras Transferências de Convênios dos Estados	831.558,98	712.512,58	759.217,78	805.947,63	855.553,71	909.111,37



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2014  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÕES	ARRECADADA		PREVISÃO			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.301.421,46</b>	<b>3.364.610,32</b>	<b>3.501.084,19</b>	<b>3.701.338,25</b>	<b>3.913.534,26</b>	<b>4.138.392,11</b>
MULTAS E JUROS DE MORA	1.065.808,11	1.273.860,49	1.285.546,98	1.363.322,57	1.445.803,59	1.533.274,70
Multas e Juros de Tributos		67.397,18				
Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	653.618,69	362.140,20	385.878,49	409.224,14	433.982,20	460.238,12
Multas de Outras Origens	412.189,42	844.323,11	899.668,49	954.098,43	1.011.821,39	1.073.036,58
<b>INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>391.004,73</b>	<b>249.974,97</b>	<b>254.099,56</b>	<b>257.911,05</b>	<b>261.779,72</b>	<b>265.706,41</b>
Indenizações	-	18.894,77	19.206,53	19.494,63	19.787,05	20.083,86
Outras Indenizações		18.894,77	19.206,53	19.494,63	19.787,05	20.083,86
Restituições	391.004,73	231.080,20	234.893,02	238.416,42	241.992,66	245.622,55
Outras Restituições	391.004,73	231.080,20	234.893,02	238.416,42	241.992,66	245.622,55
<b>RECEITA DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>1.844.608,62</b>	<b>1.840.774,86</b>	<b>1.961.437,65</b>	<b>2.080.104,63</b>	<b>2.205.950,96</b>	<b>2.339.410,99</b>
Receita da Dívida Ativa Tributária	1.844.608,62	1.840.774,86	1.961.437,65	2.080.104,63	2.205.950,96	2.339.410,99
Receita da Dívida Ativa do IPTU	1.292.345,01	751.579,68	800.845,73	849.296,89	900.679,36	955.170,46
Receita da Dívida Ativa do ISQN	552.263,61	1.089.195,18	1.160.591,92	1.230.807,74	1.305.271,60	1.384.240,54
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>16.854.478,04</b>	<b>28.455.363,99</b>	<b>30.848.339,45</b>	<b>33.739.721,43</b>	<b>36.436.953,14</b>	<b>39.362.951,77</b>
<b>OPERAÇÃO DE CRÉDITO</b>	<b>3.650.000,00</b>	<b>452.692,08</b>	<b>600.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS</b>	<b>3.650.000,00</b>	<b>452.692,08</b>	<b>600.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>
Operações de Crédito Internas - Contratuais	3.650.000,00	452.692,08	600.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	3.650.000,00	452.692,08	600.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>13.204.478,04</b>	<b>28.002.671,91</b>	<b>30.248.339,45</b>	<b>32.739.721,43</b>	<b>35.436.953,14</b>	<b>38.362.951,77</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>-</b>	<b>593.052,62</b>	<b>660.238,81</b>	<b>735.036,44</b>	<b>818.307,80</b>	<b>915.330,46</b>
Transferências da União		459.363,18	511.403,86	569.340,16	633.840,00	708.991,24
Outras Transferências da União		133.689,44	148.834,95	165.696,27	184.467,80	206.339,22
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>13.204.478,04</b>	<b>27.409.619,29</b>	<b>29.588.100,64</b>	<b>32.004.684,99</b>	<b>34.618.645,34</b>	<b>37.447.621,31</b>
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	9.977.198,16	26.953.107,96	29.092.007,73	31.466.824,68	34.035.500,91	36.813.861,40
Transferências de Convênio da União para o SUS		118.710,00				
Outras Transferências de Convênios da União	9.977.198,16	26.834.397,96	29.092.007,73	31.466.824,68	34.035.500,91	36.813.861,40
Transf. Conv. Estados, Dist. Fed. e suas Entidades	3.227.279,88	456.511,33	496.092,92	537.860,31	583.144,43	633.759,91
Transf. Conv. dos Estados p/ Sistema Único de Saúde - SUS	232.252,24	6.000,00	6.485,37	6.993,84	7.542,17	8.133,50
Outras Transferências de Convênios dos Estados	2.995.027,64	450.511,33	489.607,55	530.866,47	575.602,26	625.626,41
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES</b>	<b>(28.921.840,21)</b>	<b>(30.364.061,56)</b>	<b>(34.125.903,73)</b>	<b>(37.527.449,38)</b>	<b>(41.498.270,16)</b>	<b>(46.011.463,17)</b>
<b>DEDUÇÃO DE TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>(28.921.840,21)</b>	<b>(30.364.061,56)</b>	<b>(34.125.903,73)</b>	<b>(37.527.449,38)</b>	<b>(41.498.270,16)</b>	<b>(46.011.463,17)</b>
Dedução das Transferências da União	(14.160.902,02)	(15.178.166,25)	(16.587.214,53)	(18.110.774,96)	(19.774.360,86)	(21.590.965,00)
Dedução da Part. nas Receitas de Transferências da União	(14.093.612,06)	(15.113.947,89)	(16.519.164,91)	(18.038.835,61)	(19.698.309,46)	(21.510.447,87)
Ded. de Rec. do FPM - FUNDEB e Red. Finan.	(14.090.983,58)	(15.109.848,09)	(16.514.761,77)	(18.034.119,85)	(19.693.258,88)	(21.505.038,70)
Ded. De Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(2.628,48)	(4.099,79)	(4.403,14)	(4.715,76)	(5.050,58)	(5.409,17)
Ded. de Rec. p/ Form. FUNDEB - ICMS - L.C 87/96	(67.289,95)	(64.218,36)	(68.049,63)	(71.939,34)	(76.051,40)	(80.517,13)



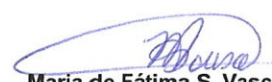
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2014  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÕES	ARRECADADA		PREVISÃO			
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB - ICMS - Deson - L.C. 87/96	(67.289,95)	(64.218,36)	(68.049,63)	(71.939,34)	(76.051,40)	(80.517,13)
Dedução das Transferências dos Estados	(14.760.938,19)	(15.185.895,31)	(17.538.689,20)	(19.416.674,43)	(21.723.909,31)	(24.420.498,17)
Dedução das Receitas de Transferências dos Estados	(14.760.938,19)	(15.185.895,31)	(17.538.689,20)	(19.416.674,43)	(21.723.909,31)	(24.420.498,17)
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB-ICMS	(13.665.659,25)	(13.948.384,77)	(16.168.640,51)	(17.901.304,36)	(20.028.471,61)	(22.514.605,79)
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB-IPVA	(1.021.590,74)	(1.180.952,30)	(1.308.698,27)	(1.448.941,00)	(1.621.115,04)	(1.822.344,04)
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - IPI Export	(73.688,20)	(56.558,24)	(61.350,41)	(66.429,06)	(74.322,66)	(83.548,33)
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>374.491.974,14</b>	<b>426.243.287,32</b>	<b>464.043.098,71</b>	<b>506.677.087,12</b>	<b>553.973.266,81</b>	<b>605.922.058,58</b>

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

  
José Clodoveu de A. Coelho  
Prefeito Municipal

  
José Maria de Souza Rosa  
Secretário da Gestão

  
Maria de Fátima S. Vasconcelos  
Contadora CRC nº 9568/0



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2014  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - DESPESA  
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	PREVISÃO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>327.726.727,26</b>	<b>384.269.918,58</b>	<b>410.401.582,00</b>	<b>448.092.490,58</b>	<b>489.823.970,73</b>	<b>535.643.171,48</b>
Pessoa e Encargos Sociais	89.383.492,87	103.730.674,02	113.220.279,40	123.673.044,15	135.440.302,11	148.410.752,14
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas	89.383.492,87	103.730.674,02	113.220.279,40	123.673.044,15	135.440.302,11	148.410.752,14
Aplicações Diretas- Órgãos, Fundos Entidades	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	40.000,00	43.692,89	47.850,19	52.432,57
Aplicações Diretas	-	-	40.000,00	43.692,89	47.850,19	52.432,57
Outras Despesas Correntes	238.343.234,39	280.539.244,56	297.141.302,60	324.375.753,54	354.335.818,43	387.179.986,77
Transferência da União	-	-	-	-	-	-
Transferência a Estado e ao Distrito Federal	-	-	-	-	-	-
Transferência a Municípios	-	-	-	-	-	-
Transf.. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-
Transf. A Inst. Privadas com fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-
Transf. A Inst. Multigovernamentais Nacionais	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas	238.343.234,39	280.539.244,56	297.141.302,60	324.375.753,54	354.335.818,43	387.179.986,77
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( II )</b>	<b>37.366.665,16</b>	<b>48.411.683,97</b>	<b>52.940.535,72</b>	<b>57.818.899,31</b>	<b>63.310.744,21</b>	<b>69.360.031,24</b>
Investimentos	32.464.986,16	43.328.995,74	47.292.867,32	51.659.057,01	56.574.319,30	61.992.162,96
Transferências a União	-	-	-	-	-	-
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	-	-	-	-	-	-
Transferências ao Municípios	-	-	-	-	-	-
Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-
Trans. A Inst. Privadas com Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-
Transf. A Inst. Multigovernamentais Nacionais	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas	32.464.986,16	43.328.995,74	47.292.867,32	51.659.057,01	56.574.319,30	61.992.162,96
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeira	-	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	-	-	-	-	-	-
Transferências a Municípios	-	-	-	-	-	-
Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-
Aplicações Diretas	-	-	100.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
Aplicações Diretas- Órgãos, Fundos Entidades	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	4.901.679,00	5.082.688,23	5.547.668,39	6.059.842,30	6.636.424,91	7.267.868,28

7




PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2014  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - DESPESA  
Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

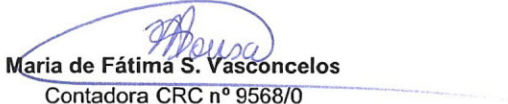
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	PREVISÃO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicações Diretas	4.901.679,00	5.082.688,23	5.547.668,39	6.059.842,30	6.636.424,91	7.267.868,28
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	-	700.980,99	765.697,22	838.551,88	918.855,85
<b>Total</b>	<b>365.093.392,42</b>	<b>432.681.602,55</b>	<b>464.043.098,71</b>	<b>506.677.087,12</b>	<b>553.973.266,81</b>	<b>605.922.058,58</b>

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

  
José Clodoveu de A. Coelho  
Prefeito Municipal

  
José Maria de Souza Rosa  
Secretário da Gestão

  
Maria de Fátima S. Vasconcelos  
Contadora CRC nº 9568/0





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
RESULTADO NOMINAL  
2014

EPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	b	c	d	e	f	g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	30.343.673,92	34.401.129,02	29.453.460,63	24.393.618,33	18.757.193,42	12.489.325,13
DEDUÇÕES (II)	43.990.617,66	37.314.031,43	39.179.733,00	43.677.756,39	48.374.084,31	53.268.584,99
Ativo Disponível	65.548.933,39	59.835.265,12	62.827.028,38	68.481.460,93	74.644.792,41	81.362.823,73
Haveres Financeiros	205.269,56	617.990,61	648.890,14	707.290,25	770.946,38	840.331,55
(-) Restos a Pagar Processados	21.763.585,29	23.139.224,30	24.296.185,52	25.510.994,79	27.041.654,48	28.934.570,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-13.646.943,74	-2.912.902,41	-9.726.272,37	-19.284.138,06	-29.616.890,89	-40.779.259,86
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.006.538,52	2.145.661,45	2.188.574,68	2.232.346,17	2.276.993,10	2.322.532,96
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-15.653.482,26	-5.058.563,86	-11.914.847,05	-21.516.484,23	-31.893.883,99	-43.101.792,81
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>(b-a*)</b>	<b>(c-b)</b>	<b>(d-c)</b>	<b>(e-d)</b>	<b>(f-e)</b>	<b>(g-f)</b>
	228.280,31	(5.286.844,17)	(6.628.002,88)	(14.888.481,35)	(17.005.402,64)	(26.096.390,17)

Notas:

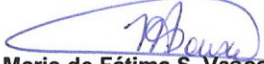
1. O cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN

\* Refere-se ao valor previsto na Dívida Fiscal Líquida do exercício de 2010 (-R\$ 15.881.762,57)

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

  
José Clodoveu de A. Coelho  
Prefeito Municipal

  
José Maria de Souza Rosa  
Secretário da Gestão

  
Maria de Fátima S. Vasconcelos  
Contadora CRC nº 9568/0

**ANEXO II**  
**DEMONSTRATIVOS**

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2014

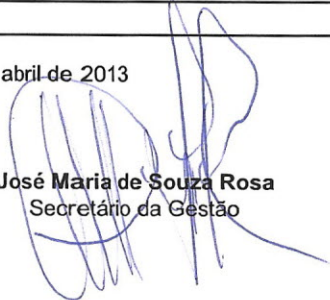
ARF (LRF, art 4., § 3.)

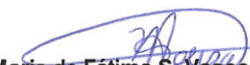
R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Abertura de de crédito adicional com a Reserva de Contingência	200.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas: Calamidades e Emergências	2.000.000,00	Cancelamento de dotação	2.000.000,00
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.200.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação: Redução no crescimento do PIB de 5,5% para 2,0%	4.129.266,33	Cancelamento de dotação	4.129.266,33
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.129.266,33</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.129.266,33</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.329.266,33</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.329.266,33</b>

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

  
José Maria de Souza Rosa  
Secretário da Gestão

  
Maria de Fátima S. Vasconcelos  
Contadora CRC nº 9568/0

  
José Clodoveu de A. Coelho  
Prefeito Municipal

AMF - Demonstrativo I - Metas Anuais (LRF, art. 4º, § 1º)  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL**  
**ESTADO DO CEARÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2014**



AMF - Demonstrativo I - Metas Anuais (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	506.677.087,12	482.549.606,78	0,48%	553.973.266,81	502.470.083,28	0,48%	605.922.058,58	523.418.255,98	0,47%
Receitas Primárias (I)	500.672.990,91	476.831.419,92	0,48%	547.690.067,14	496.771.035,96	0,47%	599.341.414,77	517.733.648,43	0,47%
Despesa Total	505.911.389,89	481.820.371,33	0,48%	553.134.714,94	501.709.492,01	0,48%	605.003.202,72	522.624.513,74	0,47%
Despesas Primárias (II)	499.807.854,70	476.007.480,67	0,48%	546.450.439,83	495.646.657,44	0,47%	597.682.901,87	516.300.962,64	0,46%
Resultado Primário (III) = (I – II)	865.136,21	823.939,25	0,00%	1.239.627,31	1.124.378,51	0,00%	1.658.512,90	1.432.685,80	0,00%
Resultado Nominal	-14.888.481,35	-14.179.506,05	-0,01%	-17.005.402,64	-15.424.401,49	-0,01%	-26.096.390,17	-22.543.043,02	-0,02%
Dívida Pública Consolidada	24.393.618,33	23.232.017,46	0,02%	18.757.193,42	17.013.327,36	0,02%	12.489.325,13	10.788.748,63	0,01%
Dívida Consolidada Líquida	-19.284.138,06	-18.365.845,77	-0,02%	-29.616.890,89	-26.863.393,10	-0,03%	-40.779.259,86	-35.226.657,90	-0,03%

Nota:


1. O cálculo das metas anuais foi realizado com base no cenário macroeconômico abaixo discriminado:

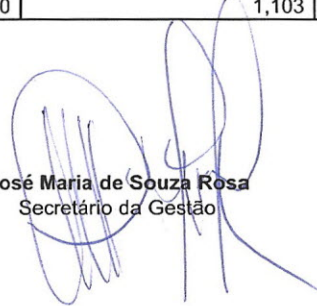
VARIÁVEIS	2014	2015	2016
PIB real (crescimento % anual)	5,0	5,5	5,5
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10,0	10,5	10,5
Câmbio (R\$/US\$ - final do ano)	2,10	2,15	2,30
Inflação média (% anual) projetada com base no IPCA do IBGE	5,5	5,0	5,0
Projeção do PIB do Estado - (R\$ milhares) - Fonte IPECE	104.827.000,00	116.122.000,00	128.634.000,00

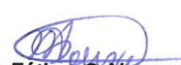
2. Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Especificação	2014	2015	2016
Receita Total (Valor Corrente)	506.677.087,12	553.973.266,81	605.922.058,58
Inflação média (% anual) projetada com base no INPC do IBGE	5,00	5,00	5,00
Índice para Deflação	1,050	1,103	1,158

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

  
 José Clodoveu de A. Coelho  
 Prefeito Municipal

  
 José Maria de Souza Rosa  
 Secretário da Gestão

  
 Maria de Fátima S. Vasconcelos  
 Contadora CRC nº 9568/0

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2012 (a)	% PIB	II - Metas Realizadas 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	424.237.545,81	0,46%	426.243.287,32	0,45%	2.005.741,51	0,47%
Receitas Primárias (I)	411.629.140,05	0,45%	421.320.304,65	0,45%	9.691.164,60	2,35%
Despesa Total	423.776.687,54	0,46%	432.681.602,55	0,46%	8.904.915,01	2,10%
Despesas Primárias (II)	418.864.268,30	0,46%	427.598.914,32	0,45%	8.734.646,02	2,09%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-7.235.128,25	-0,01%	-6.278.609,67	-0,01%	956.518,58	-13,22%
Resultado Nominal	2.452.563,55	0,00%	-5.286.844,17	-0,01%	-7.739.407,72	-315,56%
Dívida Pública Consolidada	36.769.657,28	0,04%	34.401.129,02	0,04%	-2.368.528,26	-6,44%
Dívida Consolidada Líquida	3.962.811,38	0,00%	-5.058.563,86	-0,01%	-9.021.375,24	-227,65%

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2012

Especificação	Valor - Em R\$
Previsão do PIB Estadual 2012	92.000.000.000,0
Valor Realizado do PIB Estadual 2012	94.600.000.000,0

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

José Clodoveu de A. Coelho  
Prefeito Municipal

José Maria de Souza Rosa  
Secretário da Gestão

Maria de Fátima S. Vasconcelos  
Contadora CRC nº 9568/0

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2014

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	81.117.095,62	42,55%	65.548.933,39	41,77%	48.972.107,88	45,79%
Reservas	21.899.081,18	11,49%	21.198.956,07	13,51%	8.997.747,56	8,41%
Resultado Acumulado	87.634.073,62	45,97%	70.171.063,95	44,72%	48.972.107,88	45,79%
<b>TOTAL</b>	<b>190.650.250,42</b>	<b>100,00%</b>	<b>156.918.953,41</b>	<b>100,00%</b>	<b>106.941.963,32</b>	<b>100,00%</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

José Clodoveu de A. Coelho Neto  
Prefeito Municipal

José Maria de Souza Rosa  
Secretário da Gestão

Maria de Fátima S. Vasconcelos  
Contadora CRC nº 9568/0

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
ESTADO DO CEARÁ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2014

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00


<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	43.100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	43.100,00
Alienação de Bens Imóveis			
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	43.100,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	43.100,00
Investimentos		0,00	43.100,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	(g) = ((Ia - II d) + III h)	(h) = ((Ib - II e) + III i)	(i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00


FONTE: Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Sobral


Notas :

1. No período 2009 a 2011 foi observado uma gradual redução das receitas de alienação de bens imóveis
2. Os recursos de alienação de bens é aplicado em investimentos
3. No período 2010 a 2012 não houve alienação de bens imóveis

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

  
José Maria de Souza Rosa  
Secretário da Gestão

  
Maria de Fátima S. Vasconcelos  
Contadora CRC nº 9568/0

  
José Clodoveu de A. Coelho  
Prefeito Municipal

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADOC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL  
 ESTADO DO CEARÁ  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
 2014

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

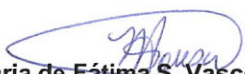
R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2014
Aumento Permanente da Receita	11.059.692,67
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	2.211.938,53
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	8.847.754,13
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	8.847.754,13
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	3.539.101,65
Novas DOCC	3.539.101,65
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	5.308.652,48

O aumento permanente da receita representa o crescimento real dos impostos e da receita de participação do Município na arrecadação da União e Estado.  
 As novas despesas obrigatórias de caráter continuado representam os gastos que serão dispendidos com a manutenção e funcionamento dos novos equipamentos públicos.

Sobral - Ce, 15 de abril de 2013

  
 José Maria de Souza Rosa  
 Secretário da Gestão

  
 Maria de Fátima S. Vasconcelos  
 Contadora CRC nº 9568/0

  
 José Clodoveu de A. Coelho  
 Prefeito Municipal